

Equipamentos, ambos da Direção Nacional de Bombeiros. É o atual responsável por este Núcleo.

Possui formação avançada nas áreas do Socorro Pré-Hospitalar e Medicina de Catástrofe:

Curso de Técnicas de Emergência Médica para Formadores/Médicos do INEM.

Curso de “Medicina de Catástrofe e Grande Emergência”, do Centro Europeu para Medicina de Catástrofe.

Frequentou o Curso de Medicina de Catástrofe do ICBAS da Universidade do Porto.

Possui formação na área de Recursos Humanos e Gestão:

Formação e Coordenação de Equipas Multidisciplinares e Interdepartamentais, INA, Lisboa. Conceção e Gestão de Projetos, 2004, INA, Lisboa.

Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), 2009, INA, Lisboa.

Possui formação na área da Gestão de Crises:

“Planeamento Civil de Emergência”, do Conselho Nacional de Planeamento Civil; “Crisis Management Course” da NATO School-SHAPE.

Possui formação na área da Cooperação Internacional: “NATO/ Pfp Course on International Rescue Operations”, Suécia, 2003;

Technical Experts Course, TEC, Suécia 2011,

International Coordination Course, ICC, Madrid 2011, ambos do European Community Civil Protection Mechanism Training Programme.

Integrou a primeira missão internacional de socorro dos bombeiros portugueses na Turquia. (Sismo de 1999). Nesta missão coordenou a subequipe de médicos e enfermeiros que integraram o contingente de socorro.

Integrou a missão da FOCON de Portugal, no Haiti, no sismo de 2010.

Foi formador da área de Pré Hospital e Desencarceramento na Escola Nacional de Bombeiros. Possui CAP.

Bombeiro Voluntário no Corpo de Bombeiros Voluntários de Moscavide e Portela:

Adjunto de Comando Médico de 1989 a 1997. Segundo Comandante, de 1997 a 2001. Comandante em substituição, em 2000. Oficial Bombeiro de 2.ª, na situação de inatividade no quadro.

208311323

Despacho n.º 15698/2014

Designação do Chefe da Divisão de Verificação e Fiscalização

1 — Com a publicação da Portaria n.º 224-A/2014, de 4 de novembro, foi fixado em 16 o número de unidade flexíveis da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), tendo, posteriormente, por Despacho n.º 14688/2014, de 25 de novembro, publicado no *Diário da República*, n.º 235, 2.ª série, de 4 de dezembro, sido definida a sua Estrutura Flexível e respetivas competências.

2 — Nesta sequência, cumpre, agora, proceder à nomeação dos dirigentes intermédios de 2.º grau, por forma a acautelar o normal funcionamento desta Autoridade Nacional.

3 — Assim, considerando o artigo 3.º do referido Despacho, que criou a Divisão de Verificação e Fiscalização (DVF), designo, em substituição, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2012, de 22 de dezembro, para exercer a função de chefe da Divisão de Verificação e Fiscalização, o arquiteto Carlos Manuel de Azevedo Souto.

4 — O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos da Divisão em questão, conforme síntese curricular infra, sendo dotado da necessária competência e aptidão para o exercício das funções.

5 — O presente despacho produz efeitos desde 25 de novembro de 2014.

5 de dezembro de 2014. — O Presidente, *Francisco Grave Pereira*, Major-General.

Síntese curricular

Nome: Carlos Manuel de Azevedo Souto
Data de nascimento: 18 de outubro de 1953
Natural: Lisboa, São Sebastião da Pedreira
Nacionalidade: Portuguesa
Habilitações Académicas:

Licenciatura em Arquitetura, pelo departamento de Arquitetura da Escola Superior de Belas Artes de Lisboa, com a classificação final de 14 (catorze) valores, curso de 1979/80.

Experiência profissional:

1979 a 1981 — exercício de funções de professor provisório em Escolas do Ensino Básico do Ministério da Educação, na disciplina de Educação Visual.

1981 a 1982 — exercício de funções de arquiteto na Câmara Municipal de Alcácer do Sal

1982 a 1983 — exercício de funções de arquiteto na Câmara Municipal de Setúbal

1983 a 1986 — exercício de funções de arquiteto na Assembleia Distrital de Lisboa — Serviços de Fomento, tendo passado a integrar o quadro deste organismo a partir de 01/08/83.

1986 — Exercício de funções como arquiteto, na Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo na Direção Regional de Ordenamento do Território

1987 a 1989 — Quadro de Excedentes do Ministério do Plano e Administração do Território (Secretaria geral).

1989 a 2003 — exercício de funções no Serviço Nacional de Bombeiros.

2003 a 2007 — exercício de funções no Serviço Nacional de Bombeiros e Proteção Civil.

2007 a junho de 2009 — exercício de funções na Autoridade Nacional de Proteção Civil, no Comando Distrital de Operações de Socorro de Lisboa como Coordenador do Gabinete Técnico da Segurança Contra Riscos de Incêndio em Edifícios.

De 23/03/2009 a 23 de março de 2011, exercício de funções na Autoridade Nacional de Proteção Civil, na área de Segurança Contra Riscos de Incêndio como Chefe do Núcleo de Certificação e Fiscalização, em regime de substituição.

De 24/03/2011 a 23 de março de 2013, exercício de funções na Autoridade Nacional de Proteção Civil, na área de Segurança Contra Riscos de Incêndio como Chefe do Núcleo de Certificação e Fiscalização, em regime de Comissão de Serviço.

Desde 23 de março de 2013, tem vindo a exercer funções na Autoridade Nacional de Proteção Civil, na área de Segurança Contra Riscos de Incêndio como Chefe do Núcleo de Certificação e Fiscalização, em regime de gestão corrente.

Carlos Manuel de Azevedo Souto.

208314515

Despacho n.º 15699/2014

Designação do Chefe da Divisão de Regulação, Recenseamento e Formação

1 — Com a publicação da Portaria n.º 224-A/2014, de 4 de novembro, foi fixado em 16 o número de unidade flexíveis da Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), tendo, posteriormente, por Despacho n.º 14688/2014, de 25 de novembro, publicado no *Diário da República*, n.º 235, 2.ª série, de 4 de dezembro, sido definida a sua Estrutura Flexível e respetivas competências.

2 — Nesta sequência, cumpre, agora, proceder à nomeação dos dirigentes intermédios de 2.º grau, por forma a acautelar o normal funcionamento desta Autoridade Nacional.

3 — Assim, considerando o artigo 9.º do referido Despacho, que criou a Divisão de Regulação, Recenseamento e Formação (DRRF), designo, em substituição, nos termos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º e do artigo 27.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2012, de 22 de dezembro, para exercer a função de chefe da Divisão de Regulação, Recenseamento e Formação, o licenciado Paulo Jorge Lobo de Cabral Sacadura.

4 — O nomeado tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objetivos da DRRF, sendo dotado da necessária competência e aptidão para o exercício das funções.

5 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

05 de dezembro de 2014. — O Presidente, *Francisco Grave Pereira*, Major-General.

Síntese Curricular

Nome: Paulo Jorge Lobo de Cabral Sacadura
Data de Nascimento: 29 de agosto de 1971
Habilitações Literárias:

Licenciado em Engenharia de Ambiente, pelo Instituto Superior Técnico (1998).

Diploma de Formação Avançada (3.º Ciclo) em Avaliação de Riscos, Segurança e Fiabilidade, pelo Instituto Superior Técnico (2010/2011).

Pós-Graduação em Estudos Estratégicos e de Segurança, pelo Instituto de Defesa Nacional e Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (2012/2013).

Membro da Ordem dos Engenheiros n.º 43153, Colégio Ambiente

Experiência Profissional:

Coordenador do Gabinete de Recenseamento Nacional de Bombeiros Portugueses/Unidade de Apoio ao Voluntariado/Direção Nacional de Bombeiros/Autoridade Nacional de Proteção Civil, desde 1 de setembro 2012 até à presente data.

Técnico Superior no Núcleo de Riscos e Alerta/Unidade de Previsão de Riscos e Alerta/Direção Nacional de Planeamento de Emergência/Autoridade Nacional de Proteção Civil, desde 06 de junho de 2006 até 31 de agosto de 2012.

Técnico Superior da carreira de Engenheiro de Ambiente no Departamento de Higiene Urbana e Resíduos Sólidos da Câmara Municipal de Lisboa, desde julho de 2002 até junho de 2006.

Funções de técnico na estrutura de apoio técnico ao Programa Operacional do Ambiente — POA no Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, desde agosto de 2000 a junho de 2002.

Técnico na empresa de consultoria ambiental SEIA — Sociedade de Engenharia e Inovação Ambiental, S. A., desde maio a julho de 2000.

Técnico da Medida Monitamb — Monitorização dos Contratos de Adaptação Ambiental na Direção-Geral do Ambiente, desde dezembro de 1998 a abril de 2000.

208310781

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado da Justiça

Despacho n.º 15700/2014

Através da Resolução n.º 70/2013, aprovada em 17 de outubro de 2013, e publicada no *Diário da República*, 1.ª série, n.º 214, de 5 de novembro de 2013, o Conselho de Ministros autorizou o Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN, I. P.), a realizar a despesa relativa à aquisição dos serviços de produção, personalização e emissão do cartão de cidadão e de produtos conexos, à Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., no período de 1 de janeiro de 2013 a 31 de dezembro de 2015, até ao valor máximo de 57 703 000,00 EUR.

Nos termos do n.º 6 da referida Resolução de Conselho de Ministros e do despacho da Senhora Ministra da Justiça, de 18 de dezembro de 2014, subdelego no conselho diretivo do IRN, I. P. a competência para a prática de todos os atos necessários relativos à celebração e execução daqueles contratos.

O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

18 de dezembro de 2014. — O Secretário de Estado da Justiça, *António Manuel Coelho da Costa Moura*.

208318622

Direção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extrato) n.º 15701/2014

Por meu despacho de 15 de dezembro de 2014:

Catarina Isabel de Sousa Matos, escritã auxiliar do Núcleo de Visu — autorizada a permuta para idêntico lugar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu;

Joaquim António Sá e Melo Marques dos Santos, escrivão auxiliar do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu — autorizada a permuta para idêntico lugar do Núcleo de Viseu.

Prazo para início de funções: 2 dias

16 de dezembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Pedro de Lima Gonçalves*.

208313276

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 15702/2014

1 — Ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º, nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 11.º e no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 11/2012, de 20 de janeiro, designo para exercer as funções de adjunta do meu Gabinete a licenciada Isabel Pardal de Sá Pires Marques.

2 — Para efeitos do disposto no artigo 12.º do mesmo decreto-lei, a nota curricular da designada é publicada em anexo ao presente despacho, que produz efeitos desde 1 de dezembro de 2014.

3 — Publique-se no Diário da República e promova-se a respetiva publicitação na página eletrónica do Governo.

16 de dezembro de 2014. — O Ministro da Economia, *António de Magalhães Pires de Lima*.

ANEXO

Nota Curricular

1 — Dados pessoais:

Nome: Isabel Pardal de Sá Pires Marques.

Nacionalidade: Portuguesa.

Data de nascimento: 10 de agosto de 1976.

2 — Habilitações académicas:

2003-2004: Frequência da parte escolar do curso de Mestrado em Ciências Jurídico-Empresariais, na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa;

2002-2003: Curso de Especialização em Processo e Procedimento Tributário, pelo Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e Instituto Superior de Gestão;

1999: Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

3 — Experiência profissional:

2013-2014: Advogada, na TSA Advogados;

2008-2013: Advogada, na F. Castelo Branco & Associados – Sociedade de Advogados;

2008: Advogada colaboradora, na Collares Pereira & Associados – Sociedade de Advogados, R.L.;

2007-2008: Advogada colaboradora, na Abreu & Marques, Vinhas e Associados – Sociedade de Advogados;

2005-2007: Assessora jurídica, no Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Saúde;

2004-2005: Advogada colaboradora, na Abreu & Marques, Vinhas e Associados – Sociedade de Advogados;

2001-2004: Advogada colaboradora, no escritório da Dr.ª Paula Teixeira da Cruz;

1999-2001: Advogada estagiária, na Serra Lopes, Cortes Martins & Associados – Sociedade de Advogados.

208309859

Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa

Despacho n.º 15703/2014

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, conjugado com o n.º 3 do artigo 17.º da Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, torna-se público que, na sequência da aprovação da Lista de Diplomados no Curso de Estudos Avançados em Gestão Pública (CEAGP — 14.ª edição 2013-2014), com vista à ocupação de três postos de trabalho a afetar ao mapa de pessoal da Autoridade Metropolitana de Transportes de Lisboa, na carreira e categoria de técnico superior, conforme Aviso n.º 13976/2014 publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241 de 15 de dezembro de 2014, se procedeu à celebração de contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com os trabalhadores abaixo referenciados, com remuneração correspondente à posição e nível remuneratórios da carreira unicategorial de técnico superior de acordo com a Portaria n.º 1553-C/2008, de 27 de fevereiro:

Nome	Carreira/categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Data de efeitos do contrato
Maria João Frade Teixeira	Técnico Superior	2.ª	15	21/07/2014
Tiago André de Araújo Gonçalves	Técnico Superior	2.ª	15	21/07/2014
Pedro Miguel Afonso Lino Morgado	Técnico Superior	2.ª	15	28/7/2014

31 de julho de 2014. — O Presidente do Conselho Executivo, *Germano Farias Martins*.

308311089